

comandantes das PMs perfilaram-se e expuseram suas opiniões

25 JUN 1986
Ass. Const
JORNAL DO BRASIL

Contra mudanças, comandos de 24 PM visitam Arinos

Não sou homem de sofrer pressões, reagiu o professor Afonso Arinos, presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, depois de receber em sua casa a visita dos comandantes das Polícias Militares de 23 estados e do Distrito Federal, contrários à proposta de texto aprovada sobre as PM para o anteprojeto de Constituição.

Pela proposta, a segurança pública seria responsabilidade da Polícia Civil, subordinada aos governos estaduais. Só quando os contingentes uniformizados dessa polícia fossem "insuficientes", os estados poderiam criar PM, para função complementar. O comandante da PM do Rio, coronel Nazareth Cerqueira, ao sair da conversa com o professor Arinos, disse que o texto aprovado pela comissão "certamente foi proposto por alguém que não conhece a estrutura das polícias militares e ignora a importância dessa corporação."

Conversa

Todos num ônibus, os 25 comandantes chegaram à Rua Dona Mariana, em Botafogo, no final da tarde. Quando pararam em frente ao número 63, casa do professor Afonso Arinos, provocaram curiosidade. "Mãe, olha quanto polícia", comentou uma menina, que passeava com a mãe pela calçada da rua tranqüila.

Perfilando-se, um a um, os militares cumprimentaram o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais. "Nunca recebi tanta polícia em minha casa", brincou Arinos, mais tarde.

No encontro de ontem, de quase duas horas, Arinos não recebeu qualquer documento nem fez qualquer promessa. Apenas, numa rápida entrevista aos repórteres, admitiu que o comitê 10 da Comissão de Estudos Constitu-

cionais, que analisou o tema da defesa da sociedade, poderá rever o texto referente às PM. "Isso fica a critério do relator, Joaquim Falcão", explicou.

Os argumentos da PM

Os comandantes da PM, reunidos há dois dias, na fazenda Marambaia, em Campo Grande divulgaram, porém, um documento com cinco pontos em que procuram justificar a manutenção da estrutura atual.

Diz o ponto número um que "as PM, mantidas suas competência e estrutura atual, são instrumentos eficazes para a paz e a tranqüilidade públicas". O item dois reforça o argumento, dizendo que "as manifestações de apoio recebidas por todos os segmentos da sociedade brasileira são a maior demonstração de que a futura assembléia constituinte haverá de preservar suas atuais funções".

No item três, os comandantes das Polícias Militares tocam na questão da violência e afirmam que "o engajamento cada vez maior no combate à violência urbana impõe que as Polícias Militares coloquem totalmente seus efetivos no policiamento, cumprindo o seu papel de proteção à sociedade".

O ponto quatro aborda a questão agrária, considerando que "como instituição de manutenção da ordem pública, repudiam a violência no campo e manifestam sua intenção de continuar, de forma imparcial, impedindo a ocorrência de atos criminosos e conflitos".

No último item os policiais militares justificam a visita feita a Afonso Arinos: "A visita ao eminente chanceler é importante para o esclarecimento de possíveis equívocos sobre o trabalho, organização e estrutura das multisseculares polícias militares do Brasil".